

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Inquietações urbanas

Reflexões sobre a produção socioespacial do
Glicério

Mariana Couto Silva Shiraiwa
Junho de 2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Gestão de Projetos
Culturais e Eventos sob orientação da Prof.
Dr^a. Fabiana Felix do Amaral e Silva

SUMÁRIO

Resumo	1
Introdução	2
1. A produção do espaço urbano em São Paulo	4
1.2. O Glicério	8
2. A produção socioespacial e a disputa pelo espaço	13
2.1. As intervenções urbanas	15
2.2. Os conflitos urbanos	16
3. Cidade que Brinca	19
4. Inquietações	25
5. Considerações finais	27
6. Referências bibliográficas	28

INQUIETAÇÕES URBANAS¹

Mariana Couto Silva Shiraiwa²

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a produção socioespacial da cidade, com foco na região do Glicério, localizado na área central de São Paulo. A partir de um breve histórico da produção dos espaços do município e bairro, são abordadas algumas questões, como a segregação espacial e a exclusão social, produzidas pela cidade ilegal, os processos de encortiçamento e de renovação dos espaços centrais. Em vista disso, discute-se a intervenção da sociedade no uso do espaço urbano. Por fim, é feita a análise do projeto *Cidade que Brinca*, realizado no Glicério, pela ong CriaCidade.

Palavras-chave: espaço urbano, produção socioespacial, intervenção urbana, Glicério, CriaCidade

ABSTRACT

This paper presents a reflection on the socio-spatial production of the city, focused on the region of Glicério, located in the central area of Sao Paulo. From a brief historic of the city and the neighborhood's space production, some issues are addressed such as spatial segregation and social exclusion produced by the illegal city, the processes of slum formation and renovation of central spaces. In view of this, it will be discussed the intervention of society in the use of urban spaces. Lastly, it's made an analysis of the Project *Cidade que Brinca* carried out at Glicério by the ONG CriaCidade.

Key words: urban space, socio-spatial production, urban internvention, Glicério, CriaCidade

RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión sobre la producción socio-espacial de la ciudad, centrándose en la región del Glicério, ubicada en la zona central de São Paulo. A partir de un

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Eventos, sob orientação da Prof^a Dr^a Fabiana Félix do Amaral e Silva

² Produtora audiovisual formada em Comunicação Social pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atua com produções audiovisuais desde 2006 e em projetos culturais desde 2013. E-mail: mari.shiraiwa@gmail.com

breve histórico de la producción de los espacios del municipio y del barrio, se han abordado algunas cuestiones, como la segregación espacial y la exclusión social producidas por la ciudad ilegal, los procesos de habitación colectiva y de renovación de los espacios centrales. En vista de esto, se discute la intervención de la sociedad en el uso del espacio urbano. Por último, se hizo el análisis del proyecto *Cidade que Brinca*, realizado en Glicério, por la ONG CriaCidade.

Palabras clave: espacio urbano, producción sócio-espacial, intervención urbana, Glicério, CriaCidade

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a produção socioespacial do espaço urbano, a partir da concepção feita por Milton Santos (1977), de que o espaço construído reproduz a sociedade, na medida em que a população é distribuída em determinado local, condicionada às necessidades sociais, econômicas e políticas de sua época. Sendo assim, o espaço urbano não pode ser considerado “um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica”, como afirma a arquiteta e pesquisadora, Ermínia Maricato (2002, p.168).

A pesquisa parte da leitura teórica sobre a produção do espaço na capital, para um posterior enfoque na região do Glicério. A partir da interpretação do espaço urbano nas suas dimensões histórica, econômica, social e cultural, para compreender a cidade e seu cotidiano enquanto construção socioespacial, abrange-se a problemática social do espaço. É preciso pensar que o espaço em si, os modos de produção e a formação social de um lugar são interdependentes. As formas espaciais são uma linguagem dos modos de produção, como afirma Milton Santos (p.87), e o ‘valor’ de cada local depende “de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam”. A formação social de uma região está condicionada à organização do espaço na qual está inserida.

Os conceitos de “cidade legal” e “cidade ilegal”, de Ermínia Maricato (2000), são utilizados para explicar a dinâmica de urbanização no país. Grande parte do espaço urbano foi produzido sem a participação de políticas públicas ou recursos técnicos-financeiros significativos, resultando numa gigantesca ocupação ilegal do solo urbano. A cidade ilegal é excluída do planejamento urbano e sua representação é ignorada pela “cidade oficial” (ou

cidade legal). Já a cidade legal, com a participação do Estado e controle urbanístico (através da fiscalização das construções e das ocupações do solo), ocorre apenas numa pequena parte do território urbano. O fenômeno da urbanização no país aplica-se também em São Paulo, a maior capital da América Latina, bem como ao Glicério, região originalmente periférica ao centro comercial da cidade e que hoje encontra-se em área estratégica do anel central da metrópole. No entanto, nunca perdeu sua característica periférica e, assim, tanto o espaço físico quanto seus moradores sofrem os efeitos da cidade ilegal.

Os conflitos sentidos na cidade, tanto no espaço quanto na população, trazem à reflexão a prática das intervenções no espaço urbano, fenômeno crescente e em voga nos últimos anos, realizado por coletivos e grupos artísticos. A via pública representou por muito tempo o lugar de encontro, do espontâneo, da circulação de pessoas, informações e ideias. Porém, a mesma vem perdendo esta representatividade e assim, perde-se também sua função lúdica e simbólica. A fim de reafirmar esta representatividade, é preciso pensar uma nova relação socioespacial baseada nas interações sociais e nos processos de subjetividade. Como afirma a pesquisadora Ana Fani Carlos³ (2001, apud SILVA, 2011, p.49):

São as relações que criam o sentido dos lugares da cidade. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso.

Lefebvre (2001, apud SILVA, 2011, p.47) aponta que a rua é o lugar da desordem, mas que é justamente nesta desordem que a cidade e seus habitantes se manifestam, onde “todos os elementos da vida urbana [...] libertam-se e afluem”⁴.

Ao fazer um breve panorama das ações realizadas pelas intervenções urbanas junto a algumas causas sociais da capital, levanta-se o questionamento quanto aos ideais outrora traçados pelos coletivos. Em busca de novas práticas intervencionistas, esta pesquisa aborda o projeto *Cidade que Brinca*, realizado no Glicério, e procura analisar sua proposta de ressignificação da vivência dos moradores da região, em especial das crianças, através de metodologias colaborativas para a ocupação do espaço público.

³ CARLOS, Ana Fani. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

⁴ LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

A coleta de dados foi feita primeiramente a partir da leitura de artigos e entrevistas a respeito do projeto, e das fontes oficiais do CriaCidade (site e página eletrônica da organização). Depois foram feitas entrevistas semiestruturadas com o coordenador do projeto *Cidade que Brinca*, Rodrigo Moura; com a coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil Indireta Quintal da Criança, Edina de Jesus; e com a integrante do Coletivo Leve (um dos parceiros do projeto), Vanessa Espínola Coutinho. O intuito era obter mais informações a respeito do desenvolvimento e execução do projeto e as perguntas foram feitas a fim de pontuar a conversa, mas não limitar a postura do entrevistado. Pretendeu-se, desta forma, entender o projeto a partir do ponto de vista dos participantes. A interação com os moradores ocorreu de modo informal, sem identificação da pesquisa, para não haver receio por parte destes em ter resposta “certa” ou “errada”; o objetivo era entender suas percepções sobre o projeto no âmbito do cotidiano.

Esta pesquisa parte de inquietações muito particulares a respeito da dinâmica vivida em grandes centros urbanos como São Paulo. Procura-se aqui, ampliar a discussão sobre a produção do espaço urbano e as possíveis formas de se intervir na cidade, a partir da perspectiva da produção socioespacial, para refletir acerca da construção de uma cidade mais inclusiva.

1. A produção do espaço urbano em São Paulo

Antes de refletir sobre o porquê da intervenção no espaço urbano, seja por parte da sociedade civil ou do Estado, é preciso fazer um breve levantamento histórico do processo de produção espacial. Será abordado primeiro a cidade de São Paulo e depois a região do Glicério.

Desde sua fundação em 1554 até o início do século XX, São Paulo era uma cidade isolada dos centros comerciais. Por ter pouca ligação com o mar, a cidade não desenvolvia intensa atividade comercial. Sérgio Buarque de Holanda⁵, em seu livro *Raízes do Brasil* (1936, apud Saint-Hilaire, p.8), cita que São Paulo era “terra de pouco contacto com Portugal e de muita mestiçagem com aborígenes”. Auguste de Saint-Hilaire (p.9-10) descreveu que “os paulistas viviam isolados. Empoleirados no alto da serra [...] abrupta, caindo sôbre terras alagadiças e de pouco valor”⁶.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, 1936.

⁶ A povoação de São Paulo de Piratininga surge em 25 de janeiro de 1554. Uma das primeiras edificações foi o colégio jesuíta no alto de uma colina (Pátio do Colégio), entre os rios Anhangabaú e Tamandateí, vizinho à

Em 1913 com a construção do Caminho do Mar, ligando o planalto ao oceano (trecho São Paulo-Santos), a cidade perde seu isolamento e a pobreza de então. A segunda metade do século XX apresentou um intenso processo de urbanização no país, bem como na maioria dos países da América Latina. Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total brasileiro e no ano 2000 já era de 81,2%. Dados do Censo 2010, do IBGE, apontam que o índice de urbanização da população no país atingiu 84,4%.

Segundo Ermínia Maricato (2000), dois acontecimentos anteriores à urbanização estão interligados e explicam o processo de exclusão social que acompanhou o crescimento urbano no país: a crescente generalização da propriedade privada da terra (a partir de 1850) e a emergência do trabalho livre (a partir de 1888). A lei de terras, regulamentada em 1854, surge com a finalidade de proteger a propriedade privada da terra contra as ocupações – sendo que a posse de terras era norma praticada até então. Tal medida revela não apenas a relação coronelista com a terra, mas como o estado de São Paulo teve autonomia para executar uma política de imigração de acordo com os interesses dos produtores de café – o capital produtor da época. Como aponta a autora, a consolidação do trabalho livre, através da libertação dos escravos (o “cativeiro do trabalho”), condicionou a regulamentação da propriedade privada da terra (o “cativeiro da terra”).

Estes dois acontecimentos, aliados à Proclamação da República, e uma incipiente indústria ligada à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno, contribuíram para a consolidação do processo de urbanização no país. As cidades ganharam novas dimensões e se inicia o problema da habitação no país. Nas grandes capitais foram realizadas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, que implantaram as bases legais para um mercado imobiliário capitalista, ao mesmo tempo em que parte da população era excluída e expulsa para os morros e as bordas das cidades, gerando assim a segregação espacial urbana. A população com menor renda, sem condições financeiras de adquirir um imóvel nas áreas centrais, teve que optar entre morar longe do centro – em áreas carentes de estruturas urbanas básicas como saneamento, transporte coletivo, oferta de trabalho e de lazer; ou morar em cortiços – locais com problemas de privacidade e de salubridade, porém localizados na região central, próximos à oferta de trabalho e serviços. Percebe-se que este processo continua atual e presente na sociedade brasileira, sem significativas mudanças.

Várzea do Carmo. Esta região está bem próxima ao Glicério, área a qual esta pesquisa se atém.

O processo de urbanização-industrialização baseado em baixos salários e somado ao grande contingente de trabalhadores informais, determinou muito do ambiente a ser construído, resultando na cidade ilegal e precária. O fenômeno de periferização – combinação de lote precário e irregular, na periferia urbana, com a autoconstrução da moradia – atinge maior escala a partir da década de 1950 na capital. Esta forma alternativa de moradia popular foi (e ainda é) implementada pela dinâmica de produção do espaço urbano, e não por propostas de políticas habitacionais e planejamento urbano. De acordo com Ermínia Maricato, “enquanto os projetos de leis constituíam idéias fora do lugar, um lugar estava sendo produzido sem que dele se ocupassem as idéias” (2002, p.151).

Entretanto, a invasão de terras urbanas não é tolerada em qualquer lugar da cidade. Nas áreas valorizadas a lei é aplicada, porém a mesma não é regida pela norma jurídica, mas sim pela lei de mercado. Já nas áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado, como as beiras de córregos ou áreas de proteção ambiental, a lei pode ser transgredida. Como afirma a autora, “o direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade” (2002, p.161).

Dados da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo⁷ (1993, apud Maricato, 2002, p.154), mostram que o município tinha quase 1% de sua população vivendo em favelas no início dos anos 1970. Este número aumentou para quase 20% no início dos anos 1990. A gigantesca ilegalidade de moradias é resultado do processo excludente e segregacionista da urbanização no país. Esta ilegalidade tem raízes estruturais e é institucionalizada tanto pelo mercado imobiliário privado e capitalista, quanto pelo poder público, através da ausência de políticas públicas sociais. Nas grandes cidades a invasão de terras é quase mais regra do que exceção. Os loteamentos ilegais podem apresentar diversas formas de irregularidades em relação à documentação da propriedade ou em relação às exigências urbanísticas, não se restringindo apenas às terras invadidas. Dados do Plano Municipal de Habitação⁸ apontam que a soma dos domicílios em favelas e loteamentos irregulares é de 830.192 unidades em condições de assentamento precários. A estimativa feita por movimentos sociais é de que, apenas no município de São Paulo, aproximadamente 2 milhões de pessoas moram em favelas.

O espaço urbano se constitui enquanto reprodução da força de trabalho e jamais incluiu no salário do trabalhador o custo da mercadoria ‘habitação’, fixado pelo mercado formal privado – restando para a classe trabalhadora, a cidade ilegal. Dados do Instituto da

⁷ SEHAB/PMSP 1973 - FIPE/USP, 1993.

⁸ Plano Municipal de Habitação, Projeto de lei nº 619/16.

Cidadania (2002, apud Maricato, 2002, p.156) mostram que entre 1995 e 1999 houve um crescimento de aproximadamente 4,4 milhões de domicílios no Brasil enquanto, segundo estimativas, apenas 700.000 moradias foram produzidas pelo mercado legal.

Para essa população excluída do mercado legal, as formas possíveis de habitação são os cortiços de aluguel, as favelas e os loteamentos ilegais, já que a política de habitação social por parte do Estado é deficitária. Ao invés de fomentar a democratização do acesso à moradia, os investimentos públicos são orientados pelo mercado imobiliário. As obras de infraestrutura, especialmente aquelas voltadas ao urbanismo rodoviário, alimentam a valorização da propriedade privada desde os anos 1970. Um dos grandes exemplos na capital são as megaobras de ampliação para a circulação viária durante a gestão do ex-prefeito Paulo Maluf (1993-96). A maior parte ficou concentrada em áreas com população de alta renda, na região sudoeste da cidade, sendo que em geral, estas áreas tem menor concentração de pessoas que aquelas carentes de investimentos.

As raízes coloniais, patrimonialistas e coronelistas estão presentes no processo de urbanização do país. Nossa legislação é pouco eficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando trata-se de direitos sociais. Na cidade de São Paulo os cortiços foram a principal forma de moradia dos trabalhadores urbanos durante o final do século XIX e começo do século XX. Houve várias tentativas do poder público em acabar com estas moradias, consideradas pobres e insalubres. Mas a legislação refere-se à uma sucessão de padrões definidores para as construções e ações proibitivas a este tipo de moradia, que nunca foram implementados de forma eficaz.

Segundo o PMH⁹, cortiços são “assentamentos precários que se caracterizam como habitações coletivas precárias de aluguel, e que frequentemente apresentam instalações sanitárias compartilhadas entre várias famílias, alta densidade de ocupação, circulação e infraestrutura precárias, acesso e uso comum dos espaços não edificadas ou altos valores de aluguel por m² edificado”. O cortiço é uma das formas de habitação mais antigas da capital, ligada aos primórdios da industrialização-urbanização iniciada na última década do século XIX. Era a opção de moradia dos trabalhadores operários, que não tinham condições financeiras para alugar uma casa “unifamiliar”. Lúcio Kowarick (2013) aponta que até as primeiras décadas do século XX, o cortiço foi a moradia popular mais significativa de São Paulo, com predominância nos bairros do Brás, Mooca, Bom Retiro, Bexiga, Pari e Liberdade

⁹ Plano Municipal de Habitação de São Paulo, dez. 2016, p.42

– áreas de concentração de trabalhadores operários. Depois cedeu lugar às casas construídas nas periferias distantes, desprovidos de acessos aos serviços básicos e que se espalharam pelas fronteiras da cidade.

De acordo com a pesquisa realizada por Kowarick, os principais fatores que levam às pessoas a optarem por morar em cortiços atualmente são: fácil acesso ao trabalho (evitando assim deslocamentos de 3h a 4h diárias entre a residência e o local de trabalho, bem como possíveis cortes devido aos atrasos provenientes do trânsito); oferta de bens e serviços coletivos (postos de saúde, escolas etc.), e acesso às opções de lazer da cidade, mesmo que muitos não desfrutem da cidade como gostariam. A mobilidade urbana, como aponta Maricato, é fator determinante na vida da população de baixa renda, uma vez que mais da metade das viagens são feitas a pé.

Kowarick aponta que o cortiço ainda é uma forma de habitação bastante utilizada, estando presente em todos os distritos da capital e com significativa proporção nas áreas centrais. Em 2013, a estimativa feita pelos movimentos sociais era de 1 milhão de moradores encortiçados na cidade.

1.2 O Glicério

A região do Glicério não é considerada oficialmente um bairro, possui elevada densidade habitacional, composta por população de baixa renda concentrada em moradias coletivas (cortiços), além da população em situação de rua. Desde sua fundação, abriga operários e (i)migrantes, o que contribui para que seja vista como uma área periférica, apesar de estar situada na área central do município.

Localizada às margens do rio Tamandateí, dentro do distrito da Liberdade e administrada pela prefeitura regional da Sé, a Baixada do Glicério caracterizava-se como um território intransponível, devido aos alagamentos da região. O saneamento das várzeas inundáveis e a instalação da ferrovia, em 1867, permitiram o estabelecimento da função industrial ao longo deste eixo. Como consequência surgiu a demanda por habitação nas proximidades das fábricas, e assim, construíram-se vilas operárias nos terrenos mais baixos e desvalorizados da região.

Do núcleo central urbano da época (na atual região da Sé) partiam caminhos para as aldeias indígenas e outras vilas, como Santo André e Santo Amaro. O caminho para a vila de Santo Amaro (conhecido também por Caminho para Ibirapuera) e o Caminho para Santos

(Caminho do Mar), tiveram fundamental importância no povoamento da região entre o núcleo central e a parte sul da cidade (bairros posteriormente denominados Bela Vista e Liberdade), que permaneceu pouco povoada durante o século XVII. No século seguinte, toda esta região ainda era considerada uma zona periférica da cidade e foi efetivamente ocupada apenas no final do século XIX.

Segundo as Atas da Câmara Municipal de São Paulo¹⁰ (1987, apud CANTON, 2007, p.19), a partir de 1850, com a Lei de Terras, os proprietários de terras localizadas na região foram obrigados a abrir ruas, alamedas e largos, determinados por conta própria. A baixada provém do desmembramento, que ocorreu nesta época, de algumas chácaras situadas no limite da cidade. Uma das propriedades em questão foi a Chácara de Dona Ana Machado, herdeira do último Conde de Sarzedas. Conhecida também como Chácara da Tabatinguera, localizava-se ao extremo sul do município, junto à ponte da Tabatinguera, principal acesso à cidade. Seu parcelamento em pequenos lotes começou em 1875 e continuou durante a década de 1890, quando foram abertas as ruas Conselheiro Furtado, Conde de Sarzedas e Santa Luzia. Seu desmembramento permitiu a construção de vilas operárias, como a Vila Carolina Augusto, a Vila Suiça e a Vila dos Estudantes. Estas duas últimas ainda existem, porém com investimentos mínimos por parte dos proprietários, uma prática constante desde a sua construção original.

O aluguel foi uma das principais formas de renda até o surgimento da Lei do Inquilinato, em 1934, que visava garantir maiores direitos aos moradores, tirando assim a total autonomia dos proprietários nas determinações sobre as condições de locação e construção das vilas. Alguns aspectos melhoraram, mas até hoje as construções residenciais do Glicério sofrem os reflexos desta postura de extração de renda da propriedade privada.

As vilas configuraram parte da paisagem da Baixada do Glicério, que no início de sua ocupação teve relativa importância junto ao núcleo central da cidade, devido também à existência de repúblicas estudantis da Faculdade de Direito, localizadas na então área da Chácara dos Ingleses, entre as ruas da Glória, Conselheiro Furtado e Tomás de Lima. Inicialmente eram administradas pelos herdeiros de D. Ana Machado, indicando desde então a separação entre proprietários e moradores da Baixada do Glicério. Os herdeiros residiam próximos à Avenida Paulista, enquanto os moradores eram trabalhadores de baixa renda,

¹⁰ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – Departamento do Patrimônio Histórico. Cadernos do IGEPAC SP 2 – Liberdade (Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo). São Paulo, 1987

muitos deles migrantes das regiões Norte e Nordeste e imigrantes italianos – e posteriormente, japoneses e coreanos.

Nas adjacências do Parque D. Pedro II funcionou, do início da década de 1940 até 1968, o parque Shangai. Com o auge de seu funcionamento nos anos 1950, o parque de diversões foi local de tradicionais eventos da cidade, como a Feira Nacional das Indústrias e as festas juninas da Portuguesa. Em 1968 o parque foi desativado, devido à expansão viária da região. Os jornais noticiaram que "três arrojados viadutes em formato de cruz vão surgir na região do Glicério". Duas obras em questão eram os Viadutos Leste-Oeste e do Glicério.

Atualmente o Glicério compreende uma zona de transição centro-bairro. Margeado por avenidas e viadutos, está no raio de abrangência da Liberdade e estabelece limites com a Praça João Mendes (Sé), o Parque D. Pedro II e os bairros do Cambuci, Brás e Mooca. A expansão viária trouxe uma espécie de enclausuramento à região, contribuindo para sua degradação e tornando-a uma periferia dentro do centro. Mantendo sua característica de abrigo aos trabalhadores de baixa renda, sejam provenientes de outros estados ou de outros países – atualmente com grande concentração de haitianos e latino-americanos, o bairro é mais um dos espaços urbanos invisíveis à cidade legal.

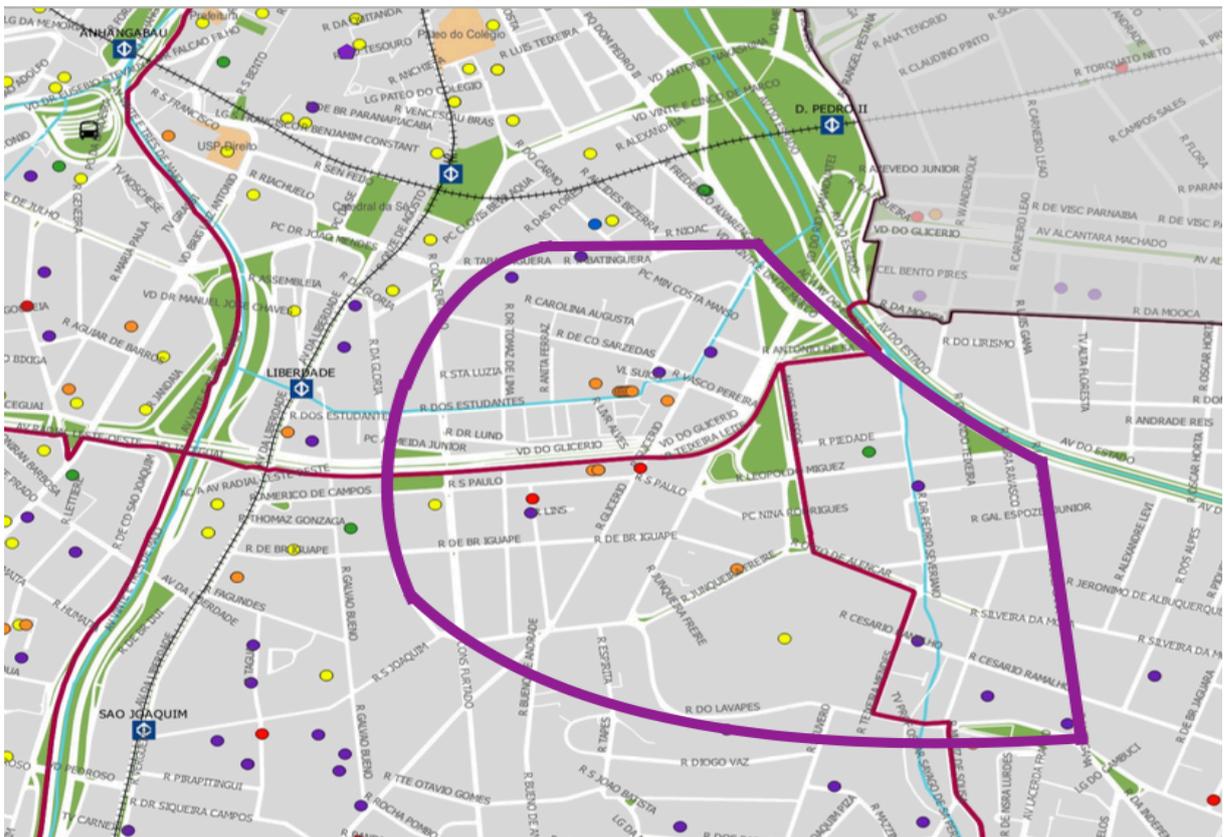


Figura 1 – Mapa ilustrativo da região do Glicério (destacado em roxo)

Segundo André Luiz Canton, a degradação da Baixada do Glicério está diretamente relacionada ao estado de contenção de investimentos na região, denominado “estado de congelamento”. Segundo observações da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLA¹¹ (1993, apud CANTON, 2007, p.8), algumas áreas urbanas encontram-se condicionadas à especulação e pouco a pouco vão se deteriorando, devido à quase inexistência de investimentos públicos. Um grande exemplo desta deterioração é a Baixada do Glicério. A intenção final do efeito de congelamento é deixar uma determinada área em “modo de espera” pelo capital imobiliário, uma vez que este aguarda lentamente a possibilidade de novos investimentos. Como define o autor, o “estado de congelamento” é uma condição de permanência da degradação.

As práticas de extração financeira do espaço urbano, sejam através do processo de encorticiamento, da formação de favelas ou do “estado de congelamento” levam à visível degradação do espaço urbano e da qualidade de vida de seus moradores. Como defende o sociólogo Enzo Mingione¹² (1999, apud TORRES et al, 2003, p.102):

a pobreza não pode ser definida apenas em termos materiais de sobrevivência, mas deve considerar também os indivíduos e as famílias que, apesar de sobreviverem, não estão incluídos nos mais importantes benefícios das sociedades urbanas, tais como educação, saneamento básico, saúde, integração cultural e social.

No país, os projetos de revitalização urbana tornaram-se mais conhecidos no final da década de 80. De um lado, existe a necessidade da reestruturação de centros urbanos devido ao aumento da violência, da marginalidade e a decadência estrutural de muitas construções; defende-se a preservação do patrimônio histórico e de investimentos culturais. Por outro lado, há a acusação destas iniciativas em reproduzir o processo de gentrificação, que consiste no enobrecimento de locais antes populares e que levam à expulsão da população original (de baixa renda), em favor dos interesses de agentes econômicos atuantes no espaço urbano, resultando no aprofundamento das desigualdades sociais. É preciso ressaltar que a

¹¹ SEMPLA, BDP Cadernos Regionais – Base de dados para planejamento – Administração Regional da Sé, ago. 1993.

¹² MINGIONE, Enzo. Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates. New York: Blackwell, p.30-40, 1999.

gentrificação requer o desinvestimento de uma área, antes que um novo capital seja aplicado ali. Não só o apoio financeiro por parte do setor privado é retirado, como também os serviços sociais básicos da região. Não se trata, portanto, apenas de um fenômeno físico e econômico, mas também social e cultural.

Como aponta a arquiteta e urbanista, Ermínia Maricato (2002), a maior parte desses projetos e planos urbanísticos de revitalização foi elaborada por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local, que não levavam em conta a demanda da população. Quando a preocupação social surge no texto, o plano não é mais cumprido e transforma-se no “plano-discurso”.

Em São Paulo, Canton (2007, p.4) destaca-se a Lei da Operação Urbana Centro (OUC) como

um instrumento marcado por estratégias e vinculado a diversos mecanismos políticos e mercadológicos que fazem do espaço urbano uma mercadoria a ser reproduzida na perspectiva da acumulação sempre ampliada do capital. [...] No processo de renovação urbana, a produção e reprodução do espaço apresentam-se como campo de possibilidades de investimentos, por intermédio de estratégias especulativas de setores produtivos e financeiros que muito nos revelam sobre a relação entre produção e circulação, na qual a cidade se torna um grande negócio, sendo o espaço sua principal mercadoria.

Por vezes a OUC utiliza-se dos instrumentos de preservação do patrimônio imobiliário a fim de possibilitar novas frentes de valorização do capital. As Vilas Preservadas da Baixada do Glicério foram reconhecidas como patrimônio imobiliário da cidade, sendo incorporadas como áreas especiais Z8-200 (atualmente configuradas como ZEPEC – Zona Especial de Preservação Cultural). Neste processo de renovação urbana, o setor imobiliário constrói discursos mais ideológicos do que reais, recorrendo tanto à questão da degradação (como sinônimo de caos, sujeira e pobreza), quanto à necessidade da renovação urbana (como sinônimo de limpeza do centro da cidade), a fim de viabilizar novos projetos por meio das políticas públicas. Neste momento, a Baixada do Glicério encontra-se sob estas políticas de renovação.

Diante da dimensão da "não cidade", ou da cidade ilegal, uma questionamento posto por Ermínia Maricato é repetido aqui: como algo tão visível permanece quase invisível?

2. A produção socioespacial e a disputa pelo espaço

Esta pesquisa compartilha a defesa de Milton Santos (1977) de que o espaço é o objeto social mais presente no cotidiano da população.

A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem essas pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *praxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (p.92).

Paul Vieille¹³ (1974, apud SANTOS, 1977, p.93) defende que “o processo de criação do espaço e do modo de produção são inseparáveis. Este não pode ser compreendido se se faz abstração daquele”. Não se pode falar de produção social e espacial separadamente; trata-se, portanto, de uma produção socioespacial.

Ao falar de modos de produção, trata-se dos aspectos materiais (o espaço físico em si, por exemplo) e imateriais (como fatores políticos e ideológicos) das relações sociais. Todos têm uma influência determinante e tornam-se fator de produção. Como aponta Santos, o espaço construído reproduz a totalidade social, na medida em que a distribuição da população num local é determinada por necessidades sociais, econômicas e políticas.

Os conceitos de cidade legal e cidade ilegal, cunhados por Ermínia Maricato, foram explicitados anteriormente nesta pesquisa. Relacionando-os à produção socioespacial defendida por Santos, é seguro dizer que os investimentos públicos e a legislação urbanística acabam por aprofundar a concentração de renda e a desigualdade, uma vez que se aplicam apenas à cidade legal. Um dos reflexos sentidos na construção do espaço urbano é a representação do que é a cidade. Baseada somente na cidade legal, a cidade representada pela elite econômica encobre a cidade ilegal e é uma construção ideológica, com um papel econômico ligado à geração e à captação de renda imobiliária. Sendo assim, as referências construídas no imaginário urbano pertencem à centralidade hegemônica. Regida pela produção do capital, a cidade não é um direito de todos, mas sim um privilégio de poucos. As políticas sociais não se tornam prioridade para ninguém, nem mesmo para os moradores excluídos da cidade legal.

O não conhecimento da cidade ilegal – e real – e o não-pertencimento ao espaço

¹³ VIEILLE, Paul. L’Espace global du capitalisme d’organisation. *Espaces et sociétés*, 12:3-32, 1974.

urbano facilitam a implementação de políticas regressivas carregadas de simbologias hegemônicas e excludentes. A racionalidade e a reprodução do capital são as bases que fundamentam a produção (e a dominação) do espaço urbano. Dentro desta lógica, as significações percebidas por aqueles que habitam o espaço da cidade ilegal não são levadas em consideração.

Para o antropólogo Néstor Garcia Canclini, cultura é “o conjunto de processos simbólicos por meio dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social” (1998, p.34). Tomando este conceito como norteador da pesquisa, pode-se dizer que cultura também é o lugar no qual se manifestam os conflitos de significações do espaço urbano, em que os processos de dominação e de apropriação coexistem, numa negociação das disputas simbólicas pelo espaço.

É o que Lefebvre¹⁴ (2001, apud SILVA, 2011, p.32) refere-se como o plano do percebido – plano das representações do espaço, que “compreende os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre as práticas materiais e compreendê-las”, independentemente de pertencerem ao cotidiano ou à prática acadêmica. E é no plano do imaginado – plano das invenções mentais, “que engloba os códigos, os símbolos, os signos, os discursos espaciais, os planos utópicos, as paisagens imaginárias e, até mesmo, as construções materiais, como espaços simbólicos”, que se propõem novos sentidos ou possibilidades para as práticas no espaço urbano.

É na cotidianidade que as práticas concretas dos seres traduzem-se em experiências sociais, em que há a reprodução simbólica dos meios, na qual constitui-se a cultura no sentido mais amplo. Desta forma, é preciso pensar o espaço como o lugar da reprodução do cotidiano. Como defende Ferreira¹⁵ (2007, apud SILVA, 2011, p.43):

Os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí as suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade [...] ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço.

¹⁴ LEFEBRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

¹⁵ FERREIRA, Maria Nazareth. Os desafios da produção científica no neoliberalismo: as culturas e a comunicação subalternas. *In*: Comunicação e Política, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan-abr. 2007.

Ao compreender o espaço urbano como um direito do cidadão, o mesmo poderá ser o espaço de todos e para todos, assim como o conceito de cultura aqui defendido enquanto prática social, feita por todos e para todos.

2.1 As intervenções urbanas

É pensando no espaço como cenário tanto das experiências concretas, quanto da construção da subjetividade e das representações, que os grupos da sociedade civil (aqui chamados de coletivos) vêm intervindo junto à cidade, para articular formas alternativas de uso do espaço urbano, que busquem trabalhar as relações que criam sentido para a cidade.

Na busca por um antídoto eficaz à imposição hegemônica da cidade legal, Ermínia Maricato indica a busca pelo conhecimento. Na tentativa de mudar esta percepção dominante, os coletivos têm desenvolvido ações de intervenção junto ao espaço urbano. Para André Luiz Mesquita (2008), “coletivo” é a possibilidade de se constituir como sujeito ativo, questionando o que é o espaço urbano, como ele é construído e como, a partir disto, pode-se pensar em formas alternativas para a desconstrução ideológica imposta à cidade e aos moradores. A partir deste conhecimento da cidade real é possível partir para o campo da ação, buscando os espaços urbanos invisíveis, a fim de se promover uma reflexão na sociedade e despertar na população local o sentimento de reconhecimento e pertencimento à cidade.

Para o autor, a ação coletiva encontra no espaço público a base criativa para sua atuação social. A possibilidade de criar diretamente no espaço urbano ajuda a orientar a produção artística destes coletivos para as brechas da vida cotidiana (ou para as brechas da cidade legal), que possibilitam ver os espaços invisíveis da cidade ilegal. Mesquita defende que “a coletivização da produção artística pode contribuir para a imaginação de outras relações sociais como agentes transformadores do real” (p.13).

No Brasil, desde meados dos anos 1990, vem proliferando um número cada vez maior de coletivos artísticos que incorporam formatos variados de organização e objetivos. Não há exatidão nos fatores que levaram à criação de tantos grupos neste período, mas segundo Mesquita, é certa a vontade de produzir uma arte que transforme a realidade. Na pesquisa feita pelo historiador, os novos coletivos surgiram na cidade São Paulo devido à necessidade de transversalidade com outras esferas colaborativas e à possibilidade em propor intervenções ligadas às situações políticas e aos fatos sociais do espaço urbano.

Alguns estão ativos há mais de uma década, outros são temporários; uns produzem

constantemente, outros possuem trabalhos efêmeros e pontuais; alguns se estruturam como pessoa jurídica e tentam conciliar trabalhos comerciais aos ideais do grupo; uns desenvolvem trabalhos de cunho político-social, outros de cunho poético.

Independente da composição e formas de atuação de cada grupo, o objetivo principal segue na construção de novas narrativas e reinterpretação das já existentes, seja no campo artístico ou social, trazendo uma maior consciência sobre os desafios do mundo e das dinâmicas sociais. Neste processo, a atividade pode ser vivenciada e transferida para aqueles que não possuem o domínio do tema, proporcionando assim, chances reais de transformação dos indivíduos e dos locais onde estão inseridos. As ações desenvolvidas podem ser intervenções urbanas, protestos, manifestações, trabalhos colaborativos com movimentos sociais, projetos em *site-specific* e atividades pedagógicas; e sua atuação não se restringe ao campo artístico, apesar deste acompanhar grande parte dos trabalhos realizados.

2.2 Os conflitos urbanos

Para o historiador André L. Mesquita, a intervenção urbana caracteriza-se como ação que problematiza o contexto em que é realizada e dialoga com o espaço onde está inserida. Utilizando de diferentes formas de expressão, como desenhos, performances, interferências, imagens, instalações – em pequena ou grande escala – nos espaços urbanos, a intervenção estabelece outras perspectivas e caminhos para fugir de condutas já condicionadas, modificando assim, os fluxos da vida cotidiana. Ele afirma que “intervenções urbanas são a metáfora da experiência extraordinária no cotidiano” (p.274). Elas podem responder a mudanças políticas e a situações diversas na cidade, convidando o público a recriar suas relações rotineiras.

São os conflitos existentes na cidade e os que estão por vir que desencadeiam e permeiam os trabalhos de intervenção. Algumas das intervenções feitas ao longo da última década em São Paulo contemplam projetos e realizadores cujas propostas são de ressemantizar “visões de outros mundos possíveis, confrontações com o que está posto, utilizando-se de metáforas, às vezes através do didatismo”¹⁶.

A ação como metáfora é uma estratégia de intervenção urbana usada pelos coletivos, que lançam seus comentários e críticas aos eventos políticos do país. Criado em Brasília, o Projeto de Arte Entorno realiza a *Lavagem da Praça dos Três Poderes*. No Rio de Janeiro, o

¹⁶ Ibidem, p.170

Esqueleto Coletivo organizou, em 2004, uma barraca de escambo a fim de ativar a participação dos moradores de Santa Teresa, intervindo no tradicional evento artístico-cultural do bairro (*Arte de Portas Abertas*). As manifestações do grupo GIA propõem vivências com a participação das pessoas, através de roda de samba, atividades com crianças ou mesmo com a distribuição de panfletos que ensinam as pessoas como fazer suas intervenções.

Para o grupo BijaRi, situado na capital paulista, a problematização do espaço urbano encontra-se presente em muitas de suas ações. Como na intervenção *Galinha* (2002), que discutia a segregação socioespacial dentro de um pequeno raio territorial, na qual soltaram uma galinha viva em dois pontos da avenida Faria Lima – no largo da Batata (local mais popular) e em frente ao shopping Iguatemi (local mais elitista). A reação das pessoas nos locais demonstra as diferenças socioeconômicas e culturais criadas pela reprodução do espaço. A ação *Estão vendendo nosso espaço aéreo* (2004), debatia a especulação imobiliária do largo da Batata; e *João Bobo* (2005) fazia uma crítica ao programa Operação Limpa, criado na gestão de José Serra que, sob o pretexto de revitalização da área central, manteve forte policiamento na área central para evitar o retorno dos moradores de rua, dependentes químicos e comerciantes informais que foram removidos.

O grupo Contra Filé realizou em São Paulo a intervenção *Monumento à catraca invisível*, um trabalho de cartografia conceitual e discursiva que instalou no Largo do Arouche uma catraca, simbolizando as catracas físicas e subjetivas dos espaços urbanos. Para Joana Zatz¹⁷ (2007, apud MESQUITA, 2008, p.265), uma das integrantes do grupo,

a função social da arte é transformar as formas de representar, de apresentar e simbolizar a realidade. Transformar as formas de pensar só faz sentido se a arte se inscreve de fato no tecido social. A política e a arte não estão separadas uma da outra. O símbolo só tem potência política se tiver potência estética, e vice-versa.

Os coletivos criam formas de resistência simbólica na cidade, cada um com seus contextos e objetivos, questionando e promovendo outras formas alternativas de ocupação do espaço público. Tal resistência conseguiu noticiar junto à grande mídia, a história de 468 famílias que viveram na ocupação Prestes Maia, no período de 2002 a 2007, apontando a necessidade do debate sobre o acesso à moradia e os processos de revitalização e

¹⁷ Informação fornecida por Zatz em São Paulo, em entrevista feita em 19 jan. 2007.

gentrificação da cidade.

Vistos como marginais por grande parte da sociedade, algumas lideranças do movimento trouxeram pessoas de fora da ocupação para ajudar a mudar esta imagem feita pela grande mídia. Diversos coletivos e artistas conseguiram, em conjunto com as lideranças do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), promover uma exposição de arte dentro do prédio ocupado. Em dezembro de 2003, cento e vinte artistas participaram do evento que durou um final de semana. Embora a produção do evento tenha se configurado de forma rápida e pouco planejada, os objetivos da exposição foram de legitimar o movimento de moradia junto à mídia e criar um espaço temporário de produção artística.

Em 2005, artistas e coletivos retornaram à ocupação com o projeto *Integração Sem Posse*. Consistia em uma série de encontros, com exibição de vídeos, oficinas, performances, shows e outras atividades realizadas no subsolo do prédio, transformado-o em espaço cultural uma vez por semana. Intervenções nas paredes da ocupação com colagem de cartazes, gravuras e lambe-lambes procuraram aproximar um pouco mais os artistas dos moradores, ao mesmo tempo que eram uma estratégia para chamar a atenção da mídia sobre a ocupação.

O coletivo espanhol Left Hand Rotation esteve no Brasil em 2011 e após vivenciar a região central e os processos de renovação e gentrificação urbanas com a discussão do Projeto Nova Luz¹⁸, desenvolveu um documentário sobre a resistência local, organizada por parte dos moradores e dos movimentos sociais. O grupo realizou também uma intervenção na região da Luz, na qual foram colados adesivos e cartazes nos imóveis, indicando as cinco fases de demolição do projeto, com os prazos de execução previstos.

Mesquita chama a atenção ao fato de que a coletivização da produção artística pode contribuir com a imaginação de outras relações sociais como agentes transformadores do real, mas também artistas e coletivos podem usar – e instrumentalizar – uma comunidade ou um movimento social para promoverem-se enquanto “marcas coletivas”, a fim de se lançar posteriormente no circuito comercial ou institucional que lhes convêm. Projetos artísticos pouco potentes também podem ser jogados dentro de uma comunidade, descontextualizados do entorno espacial e da população local, deixando de ser uma alternativa concreta à segregação espacial, e por vezes contribuindo com o processo de gentrificação do espaço urbano.

Tais ações podem se tornar armadilhas e serem confundidas com oportunismo ou

¹⁸ Projeto da prefeitura de São Paulo, que propunha a desapropriação e demolição de quase 30% de área construída (aproximadamente 378 habitações)

assistencialismo. As intervenções urbanas e demais práticas produzidas pelos coletivos estão inseridos num conjunto de esferas de negociação de forças discursivas, econômicas, políticas, sociais e arquitetônicas, como aponta Mesquita. A produção coletiva (artística e/ou ativista) tem sido gradualmente absorvida pela lógica de mercado, que patrocina museus, centros culturais, grandes eventos e exposições. Nos processos de renovação urbana e gentrificação, os investimentos em espaços culturais e o uso instrumentalizado da estética produzida pelas intervenções urbanas reforçam o lucro do capital imobiliário. Diante deste quadro, as resistências criadas pelos coletivos, em uma cultura de oposição à construção ideológica da cidade legal, podem cair numa armadilha e realimentar o sistema ao qual se opõem. Num momento os coletivos estão produzindo suas intervenções no espaço urbano; em outro, negociam com os sistemas que eles mesmos criticam.

No quadro geral, André Mesquita observa que o coletivismo artístico no Brasil ainda não constituiu de maneira firme as possibilidades de um movimento auto-organizado. Por isso, o trabalho de pesquisa junto aos grupos e projetos se tornam tarefas fundamentais para a consolidação do potencial político de novas ações de resistência e de mudança. A contestação não pode ficar reduzida apenas ao grupo que contesta, é preciso transcender. Senão corre o risco de desenvolver discursos (independente da forma em que se manifesta) com pouca importância social.

3. Cidade que Brinca

Segundo dados da pesquisa desenvolvida pelo Centro de Análises Econômicas e Sociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014, CAES-PUCRS), em parceria com o Departamento de Ciência Sociais de São Paulo (PUC-SP), realizada em cinco bairros da capital e um bairro da grande São Paulo¹⁹, as crianças de 0 a 8 anos estão mais expostas às violências física e psicológica quando são moradoras de habitações coletivas ou cortiços. Constatou-se que as chances da criança sofrer violência física (apanhar) ou psicológica (castigo ou gritar com a criança) aumentam em situações como: briga entre irmãos e mau comportamento (gritar, responder mal, fazer birra, ficar teimosa); e também com variáveis como: briga entre adultos (adulto gritar com outro ou bater em outro adulto na presença de crianças), aumento no número de crianças por residência, restrição ao número de cômodos na residência e baixa renda familiar.

¹⁹ Nos bairros Santa Cecília, Bela Vista, Jardim Pantanal, Pedreira, Parelheiros-Nova América (São Paulo) e Pimentas-Água Chata (Guarulhos)

A pesquisa analisou, através de questionários e dinâmicas de conversa, quais eram os tipos de violência sofridos pela criança, na percepção da mesma. Participaram crianças de 6 a 8 anos e foi constatado que em casa a violência, sofrida pela criança e aplicada pelo adulto, segue esta ordem: colocar de castigo (75%), gritar (64%) e bater (57%). Na escola, estes índices caem para 51%, 44% e 9% respectivamente.

As violências testemunhadas pelas crianças em casa são: adulto gritar com a criança (64%), adulto bater na criança (55%), adulto gritar com adulto (51%), adulto bater em adulto (23%). Na escola, 79% dos infantes entrevistados já viu uma criança batendo em outra criança, enquanto 62% testemunhou um adulto gritando com criança. Na comunidade, quase metade delas (43%) já viram alguém sendo levado pela polícia, enquanto um terço das crianças já viu um adulto batendo em criança ou em outro adulto nas ruas de sua comunidade.

Esse diagnóstico motivou a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e a Subprefeitura da Sé, através do Programa São Paulo Carinhosa, a desenvolverem uma iniciativa para promover melhorias nas condições de habitação na região do Glicério, levando em conta as aspirações das crianças que ali residem. O trabalho começou em um dos cortiços com maior concentração de crianças. A socióloga Nayana Brettas foi convidada para realizar, através do projeto (de sua autoria) *Criança Fala*, a atividade de escuta das crianças daquele cortiço em questão. A partir da necessidade de formalizar este projeto junto à SMH, foi fundado, em 2013, o CriaCidade – organização sem fins lucrativos que presta serviços de consultoria e assessoria em projetos sociais e urbanos, cuja missão é “desenvolver projetos com foco na participação social para que todos os habitantes sejam cidadãos, protagonistas, partícipes, autores, construtores e criadores da cidade que habitam”²⁰. O projeto *Criança Fala* busca perceber o que as crianças “querem, pensam, sonham, desejam, suas ideias [e] necessidades”²¹, através do processo de escuta.

Apesar de ter iniciado o trabalho no Glicério em parceria com a SMH, a participação do poder público junto ao CriaCidade foi pontual. Os demais projetos desenvolvidos na região contaram com apoio da sociedade civil e da iniciativa privada. O potencial do projeto *Criança Fala* no Glicério possibilitou a parceria entre o CriaCidade e a Fundação Bernard van Leer²², instituição holandesa que apoia iniciativas capazes de reduzir a violência contra a primeira infância. Com o patrocínio da Fundação foi possível realizar, num período de

²⁰ Disponível em: <<http://www.criacidade.com.br/projetos.html>>. Acesso em: 19 jan. 2017

²¹ Ibidem

²² A Fundação financiou a pesquisa realizada pela PUC-RS, referenciada anteriormente.

aproximadamente dois anos, um trabalho de maior alcance na região.

Em 2015 foi desenvolvido com o arquiteto e urbanista, Rodrigo de Moura, o mapeamento afetivo da região, para tratar da invisibilidade do Glicério junto à cidade legal. Através da oficina de desenhos, os pequenos moradores mostraram aquilo que consideram importante no trajeto das suas casas, indicando desta forma, os espaços onde brincavam. Depois percorreram as ruas e falaram sobre o que gostavam no bairro, o que queriam para sua comunidade e o que poderia existir ali. Através desta dinâmica foi possível observar um pouco mais da relação das crianças com a comunidade e o espaço em que se encontram. Por meio de jogos e brincadeiras, foi feito um levantamento dos locais significativos para as crianças, resultando posteriormente na publicação online *O Glicério por suas crianças*.

A equipe do CriaCidade pode observar ao longo das atividades desenvolvidas que o espaço urbano tem muitos obstáculos aos moradores infantis: lixos, lixeiras, muros e carros bloqueiam seu campo de visão; guias irregulares, além de calçadas muitas vezes estreitas e esburacadas, dificultam o transitar a pé. As cidades não foram planejadas pensando nas necessidades da população economicamente menos favorecida, que dirá dos pequenos habitantes, cuja linha de visão é intimidada pela dinâmica urbana. Dentro da invisibilidade da cidade ilegal, as crianças sofrem uma dupla ausência de representação.

Para o CriaCidade, a escassez de espaços (públicos ou privados) adequados ao desenvolvimento das crianças revela não apenas o problema, mas também o potencial em investir em espaços públicos urbanos para reconfigurá-los como espaços de brincar.

As ações no bairro cresceram e sentiu-se a necessidade de gerenciar as intervenções feitas ali. A partir disto, nasceu o projeto *Cidade que Brinca*, ao final de 2015. De forma colaborativa, o *Cidade que Brinca*, parte da transformação inicial do ser humano, para então ser possível transformar o espaço ao redor. Fez-se um levantamento das necessidades dos moradores, para depois realizarem as intervenções de ocupação do espaço público. Desenvolvido em conjunto com os professores, profissionais da saúde e as famílias, Rodrigo afirma (informação verbal) que o projeto é do Glicério, não do CriaCidade²³. A ênfase está na comunidade e o trabalho da Organização se deu com o intuito de orientar os participantes (moradores e profissionais envolvidos) a dar seguimento às ações, de forma autônoma.

Apesar da densidade populacional, o Glicério possui poucas relações de vínculo e pertencimento com seus moradores, o que resulta na falta de cuidados com o local, por não

²³ Informação fornecida por Moura em São Paulo, em mar. 2017.

haver a apropriação do espaço. As intervenções realizadas tinham como foco principal a apropriação destes espaço pelas crianças, permitindo-as trocar experiências, explorar melhor seu lugares de convivência e participar do cotidiano do lugar, tornando-as assim, sujeitos ativos na cidade. A transformação de uma praça, de uma rua, a pintura do muros da escola, das fachadas das casas e cortiços foram algumas ações promovidas na região para despertar o sentimento de pertença ao local.

Ainda em 2015 aconteceu a primeira saída do Cortejo de Maracatu pelas ruas da região, contando com apenas 8 alunos, de até 3 anos de idade, do Centro de Educação Infantil Indireta (CEI) Quintal da Criança. A equipe do Criacidade, junto aos pais e professores, fizeram um percurso – definido no momento da realização – para ressignificar o uso do espaço público. A realização do trajeto, segundo a Organização, tem potencial para resgatar a ludicidade e a sensibilidade escondidos pelo ritmo acelerado da cidade. Ao promover a presença das crianças no espaço urbano, os cortejos contribuem para humanizar os espaços públicos, além de serem um processo de aprendizagem das crianças e de fortalecer os vínculos com a comunidade, ao se apropriar e sentir que fazem parte da cidade. Os cortejos aconteciam uma vez por mês e aos poucos vieram os estudantes das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI Alberto de Oliveira) e de Ensino Fundamental (EMEF Duque de Caxias); e no último cortejo de 2016 participaram cerca de 450 pessoas, entre crianças, jovens e adultos. O que foi constatado pelo Criacidade é que os cortejos proporcionaram benefícios não apenas às crianças, mas também às famílias e demais moradores, por possibilitar o convívio de diferentes faixas etárias. Para a coordenadora pedagógica da EMEF Duque de Caxias, as crianças passaram a perceber que a escola pertence à comunidade e o que acontece no ambiente escolar é refletido fora da sala de aula. Assim, as crianças passam a querer cuidar melhor do seu ambiente e a participar mais de atividades dentro e fora da escola.



Figura 2 – Cortejo de Maracatu

A transformação de uma rua sem saída em local destinado ao brincar (uma vez que as habitações possuem espaço mínimo para o convívio), foi possível com parcerias entre artistas, grupos e empresa privada. Em parceria com o Coletivo Leve foram construídos mobiliários lúdicos, feitos a partir das oficinas de escuta, na quais as crianças contaram o que gostariam de ter no espaço. No início, muitas crianças mostravam o desejo por objetos, móveis ou estruturas correspondentes ao interior de uma casa (como televisão, cama, sofá ou banheiro). Posteriormente, a imaginação se fez presente nos desenhos que gostariam de ver na rua e nos muros. Alguns fatores influenciaram a escolha do material, como por exemplo, a percepção de que os moradores poderiam não cuidar tão bem dos objetos, caso eles fossem construídos com matérias de fácil acesso e reposição, como os materiais recicláveis. Este fator, que poderia passar despercebido em outras intervenções já realizadas na cidade, foi considerado pela equipe do projeto, e o mobiliário, chamado de “movescultura” – criado a partir dos desenhos das crianças – foi construído em madeira devidamente tratada, para resistir ao desgaste do uso e clima. O fator orçamentário também foi limitador; inicialmente, seria construído um circuito para as crianças, mas o custo elevado impossibilitou sua realização; o projeto foi então adaptado ao uso de alguns mobiliários lúdicos e de muitos desenhos no espaço. Com a participação de grafiteiros e material doado por uma empresa fabricante de tintas, as crianças desenharam nos muros e calçadas aquilo que lhes é familiar, bem como o

que desejam para a comunidade. A rua sem saída tornou-se, enfim, um espaço de convivência, para crianças e adultos que sentem-se mais integrados ao bairro.



Figura 3 – Movescultura (mobiliário criado junto às crianças)

A avaliação por parte do CriaCidade, de profissionais envolvidos no projeto *Cidade que Brinca* e das crianças participantes tem saldo positivo. Para a coordenadora pedagógica do CEI Quintal da Criança, Edina de Jesus²⁴ (informação pessoal), as atividades do projeto deixaram reflexos permanentes na comunidade, pois as crianças e suas famílias passaram a participar mais ativamente não só da vida escolar, mas também do bairro, participando de movimentos de melhorias e reunindo-se para eleger representantes que levarão as demandas da comunidades às audiências públicas. Os moradores ocupam os espaços públicos para lazer e as escolas também os ocupam para realizar atividades pedagógicas dirigidas, para além do ambiente formal. Houve a melhora também na sensação de segurança dos moradores, que agora permitem que as crianças brinquem na rua, algo que não era comum há algum tempo atrás, antes da execução do projeto.

As crianças contam com entusiasmo que os dias das atividades foram significativos, com falas que demonstram tal importância. “Esse foi o melhor dia da minha vida” é uma frase

²⁴ Mensagem recebida por coord.quitaldacrianca@gmail.com em 17 abr. 2017.

ouvida diversas vezes pelos professores e participantes, assim como o pedido constante por novas ações ou por levar um responsável para participar das atividades. As propostas envolvendo música e desenhos sempre despertam especial interesse dos pequenos, mas ao perceberem que são sujeitos ativos em sua comunidade, os pequenos moradores criam não só o sentimento de pertencer ao lugar, mas também de querer permanecer neste lugar. Começa-se a entender também a importância em compartilhar com os demais, não apenas objetos materiais, mas também em comunicar o que estão sentindo, diminuindo assim a quantidade de desentendimentos entre as crianças e aumentando o respeito com os demais.

4. Inquietações

O Glicério, assim como outras áreas centrais, passa pelo processo de gentrificação. E como outras áreas periféricas, sofre com a invisibilidade da cidade ilegal. Uma parte da Baixada do Glicério pertence à Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), mas há muitos pontos que não estão inseridos na mesma, como a Paróquia Nossa Senhora da Paz – principal ponto de referência para os imigrantes que residem na região. Possivelmente, num dado momento, muitas famílias serão expulsas para dar lugar aos novos empreendimentos imobiliários, que já circundam o local. Como enfrentar estes processos promovidos pelo capital imobiliário? Será possível repensar os modos de produção da cidade?

Milton Santos afirma em sua obra “Por uma Outra Globalização” (2000, p.9) que “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”. Esta percepção traz à reflexão a importância de práticas que questionem a produção socioespacial da cidade, que é fragmentada e excludente, imposta por relações de produção do capital que não dialogam com as necessidades da grande maioria dos habitantes, traduzindo-se no não pertencimento ao lugar.

É importante, atual e necessário discutir novas formas descentralizadas de atuação social junto ao espaço urbano. É preciso buscar formas de representação da cidade ilegal, invisível aos padrões hegemônicos, mas que é a base do processo de urbanização das cidades brasileiras e onde se encontra grande parte da população urbana. Pensar em modos alternativos de ações que consigam intervir no espaço, rompendo com a lógica segregacionista, pode auxiliar esta discussão.

Se o lugar é o espaço de exercício da existência plena, então é para ele que se deve voltar a atenção. Se a cultura é a prática do ordinário, daquilo que é cotidiano, então é através

dela que se devem guiar as propostas. Não é preciso buscar por manifestações de escalas revolucionárias, mas sim por pequenas práticas de realização plena da vida cotidiana, de uma realidade tal como pode vir a ser, pois é justamente o cotidiano que traz todos os elementos socioculturais do nosso tempo e é nele que se produz a vida real.

Ações como as realizadas pelo CriaCidade junto ao Glicério, por exemplo, que procuram repensar a cidade junto das crianças e assim construir lugares mais salubres para toda a comunidade. Na avaliação de Rodrigo de Moura, coordenador do projeto, é neste vínculo do morador com o espaço, que existe a possibilidade da mudança na segregação socioespacial. Ao sentir-se pertencente ao lugar, o indivíduo se vê representado ali e a partir disso, irá não só cuidar daquele espaço já pronto, mas irá buscar novas maneiras de expandir estas melhorias para o entorno. É o que se pode constatar na avaliação feita junto aos participantes do projeto *Cidade que Brinca*. Profissionais, familiares e crianças entenderam a importância de cuidar daquele lugar que é deles, ao qual eles pertencem. E o cuidar não se faz apenas na manutenção do trabalho já realizado, mas também – e talvez esta seja a prática mais importante – na busca por novas melhorias, por novas formas de ação, por novos diálogos, seja entre a sociedade civil.

Intervenções como estas são criadoras de possibilidades, não apenas por inverter os usos do espaço urbano regulado, como é o caso da rua (o espaço dos carros), mas por possibilitar que o espaço seja ressignificado, contrariando a percepção hegemônica da cidade legal.

Os planejamentos urbanísticos precisam dialogar com a sociedade civil, principalmente com a cidade tida como ilegal, e ouvir suas demandas, para não serem meros planos-discursos. É preciso considerar que a segregação socioespacial aliada à precariedade urbanística, à ausência de atividades esportivas, culturais e de lazer, além da restrição de mobilidade dos bairros afastados do centro, é a fórmula da “bomba socioecológica”, como afirma Maricato. Sem este diálogo, todos os planejamentos continuarão a atender apenas aos padrões do mercado imobiliário, contribuindo para a invisibilidade não apenas do espaço da cidade ilegal, como de seu moradores. Não será possível reverter o rumo do crescimento das cidades sem repensar os rumos das relações sociais. É preciso criar colaborativamente os espaços urbanos, tomando os moradores como sujeitos e não como objetos da cidade, criando assim, uma esfera ampla de debate com diferentes (e conflitantes) pontos de vista.

Mas ao conhecer o processo de urbanização no país, fica a incerteza de que a atual

dinâmica das cidades – excludente e marcada pelas práticas do capital imobiliário – conseguirá ser modificada nos cenários urbanos dos próximos anos.

5. Considerações finais

Tendo como recorte o bairro do Glicério, considerado uma região periférica inserida no centro de São Paulo, procura-se ampliar a discussão sobre a produção do espaço urbano e possíveis formas de se intervir na cidade sob a perspectiva da sua formação social. Para tanto, é preciso entender que a mesma está condicionada à organização do espaço no qual um lugar está inserido.

Tal organização traduz as variáveis histórica, econômica, social e cultural do lugar e, desta forma, entende-se que a construção do espaço urbano não se reduz à sua arquitetura ou às práticas do capital imobiliário, mas envolve todos os segmentos da sociedade. A cidade dialoga com todas as estruturas da construção do espaço e, sob esta perspectiva, é preciso refletir sobre as formas como se intervém no mesmo.

Diante dos conflitos diários que a cidade apresenta a seus habitantes, surgem novas formas de intervenção junto ao espaço urbano. Independente de quem o faz ou qual suporte ou método é utilizado, percebe-se a crescente importância em buscar propostas que aproxime a sociedade, tanto coletiva e individualmente com a própria cidade, despertando-lhe o sentimento de pertencer ao lugar. Repete-se uma vez mais que são as relações que criam sentido em qualquer que seja o espaço.

Para criar um vínculo com um local, bairro ou cidade, é preciso intervir na forma como as relações são construídas. Esta construção precisa ser feita de modo colaborativo, de forma a propiciar o diálogo entre as pessoas. É necessário que haja a troca de diferentes opiniões e necessidades, que estão fora do padrão hegemônico das representações, para que se possa chegar a uma cidade mais inclusiva para todos. Pertencer a um lugar e sentir-se representado é de vital importância para que o diálogo entre a sociedade civil e as instituições que regulam as práticas de produção do espaço – tanto do poder público, como do capital imobiliário – aconteça com mais frequência. Isto deve ser incorporado ao cotidiano da cidade, para que seja possível seguir em busca de novas formas de construção e de significação do espaço, que tirem a invisibilidade da cidade ilegal.

Não se deve aceitar apenas uma forma de representação da cidade, baseada em padrões hegemônicos e pouco atrelados à realidade dos espaços urbanos brasileiros. Nem

tampouco acreditar que há apenas uma representação possível. O espaço é feito a partir da pluralidade; desde a sua fundação, inúmeras variáveis estão presentes. Deve-se levar em conta as diversas formas de existir e interagir com a cidade, para que as demandas da cidade ilegal sejam incorporadas às práticas de representação do espaço.

Enquanto as dinâmicas de relação da cidade com seus moradores forem excludentes, as intervenções no espaço precisam ser estimuladas, em especial as que buscam metodologias colaborativas de trabalho junto à cidade ilegal. É importante estimular práticas de intervenção que trabalhem com o lúdico e o artístico, mas para além disso, é preciso que reflitam sobre o impacto destas ações para quem mora no local escolhido para tal. Os realizadores destes trabalhos de intervenção precisam estar atentos para que seus discursos não estejam vazios de propósitos reais à população daquele lugar e que suas práticas não sejam impositivas. Seguem, assim, as reflexões na busca por formas colaborativas de produção do espaço e o desejo de construir cidades mais inclusivas.

6. Referências bibliográficas

CANCLINI, Néstor García. **Cultura transnacional y culturas populares**. Bases teórico-metodológicas para la investigación. In: CANCLINI, Néstor G.; RONCAGLILO, Rafael. *Cultura transnacional y culturas populares*. Lima: IPAL, 1988.

CANTON, André Luiz. **Preservação contraditória no centro de São Paulo**: degradação das Vilas Preservadas na Baixada do Glicério no contexto da renovação urbana (Operação Urbana Centro). São Paulo: FFLCH, 2007.

COUTINHO, Vanessa Espínola. **Ativismo e poéticas no espaço urbano**: processos comunicacionais do grupo BijaRi. São Paulo: PUC, 2012.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. **Tempo social revista de sociologia da USP**, São Paulo: v. 25, n. 2, p.49-77, nov. 2013.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. Revista São Paulo em perspectiva, São Paulo: v. 14, n. 4, p.21-33, out-dez. 2000.

MESQUITA, André Luiz. **Insurgências Poética**: arte ativista e ação coletiva (1990-2000). São Paulo: FFLCH, 2008.

MOURA, Rodrigo de. **Estudo Urbanístico do Glicério**: estudo urbano sobre a região e seus potenciais. CriaCidade Consultoria e Assessoria em Projetos Sociais e Urbanos. São Paulo, 2015.

_____ et al. **O Glicério por suas crianças**. São Paulo: CriaCidade, 2015.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES-PUCRS). **Infância e violência**: cotidiano de crianças pequenas em favelas e cortiços de São Paulo. Santa Cecília, Bela Vista, Jardim Pantanal, Pedreira, Parelheiros-Nova América e Pimentas-Água Chata (Guarulhos). Coordenação Prof. Dr. Hermílio Santos. Porto Alegre: PUC, 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**: e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 5-18.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

SÃO PAULO (Município). **Plano Municipal de Habitação em São Paulo**. Projeto de lei n. 619/16, dez. 2016. Anexos 1, 2 e 3, p.42-45.

SILVA, Fabiana Félix do Amaral e. **Novas subjetividades subalternas na cidade**: cultura, comunicação e espacialidade. São Paulo: ECA, 2011.

TORRES, Haroldo da Gama et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.